

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.095 - SP (2019/0325552-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **CLAUDIO NOGUEIRA**  
**ADVOGADO** : **BRAZ SILVÉRIO JUNIOR - SP228539**  
**RECORRIDO** : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADOS** : **ELISIA HELENA DE MELO MARTINI E OUTRO(S) - RN001853**  
**HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO - RN221386**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE APONTAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por CLAUDIO NOGUEIRA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

Revisional. Contrato de financiamento de veículo automotor. Cerceamento de defesa. Incorrência. Matéria exclusivamente de direito para permitir o julgamento antecipado da lide. Cédula de crédito bancário. Capitalização mensal dos juros. Admissão. Medidas Provisórias de números 1.963-17 e 2.110-21. Contrato firmado durante a sua vigência. Questão pacificada no C. STJ em sede de julgamento de recurso repetitivo (Resp 973.827/RS). Instituições financeiras não se sujeitam à limitação de juros remuneratórios prevista na Lei de Usura (Dec. 22.626/33). Taxa de abertura de crédito (TAC). Cabimento quando cobrada ao início dos contratos firmados antes de abril de 2008. Súmula 565 do STJ. Tarifa de avaliação do bem. Incidência da tese firmada no julgamento do REsp 1578553/SP (Temas 958). Abusividade reconhecida, em razão da não demonstração da efetiva prestação de serviço. Contratação do serviço de seguro. Regularidade da cobrança. Sentença mantida. Majoração da verba nos termos do art. 85, §11 do NCPC. Recurso a que se nega provimento.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente nulidade do contrato, em razão do desequilíbrio contratual entre as partes, devendo ser devolvidos os valores

cobrados a título de registro de contrato, tarifa de avaliação do bem, tarifa de cadastro e seguro.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 166-175.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 176-177).

É o relatório.

DECIDO.

2. É imprescindível que no recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional sejam particularizados de forma inequívoca os normativos federais supostamente contrariados pelo tribunal de origem, cuidando o recorrente de demonstrar, mediante argumentação lógico-jurídica competente à questão controversa apresentada, de que maneira o acórdão impugnado teria ofendido a legislação mencionada sob pena de incidir o enunciado sumular n. 284 do STF em face da clara deficiência de sua fundamentação.

Ressalte-se que o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável a exegese do brocardo *iura novit curia*; e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe identificar qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da argumentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do peticionante.

No caso, a ausência de especificação do dispositivo legal porventura violado caracteriza argumentação deficiente a impossibilitar a compreensão exata da controvérsia, atraindo, de forma incontestada, o teor da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator